

I - 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição;
 II - 20 (vinte) anos de efetivo exercício de serviço público;
 III - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
 IV - somatório da idade e do tempo de contribuição equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, para ambos os sexos.

§ 1º - A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se refere o "caput".

§ 2º - Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão a 60% (sessenta por cento) da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo, desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.

§ 3º - Para o cálculo da média a que alude o § 2º, as remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º - Para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do Regime de Previdência Complementar, a média a que se refere o § 2º será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social.

§ 5º - Poderão ser excluídas da média definida no § 2º as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade previdenciária.

§ 6º - Os proventos das aposentadorias concedidas com fundamento neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal e serão reajustados na mesma data utilizada para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com base no Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe.

Artigo 8º - O disposto no § 10 do artigo 115 da Constituição do Estado de São Paulo não se aplica a aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Artigo 9º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

É o nosso parecer.

a) Carlos Cezar – Relator

Aprovado como parecer o voto do relator, propondo redação final.

Sala das Comissões, em 3/3/2020.

a) Mauro Bragato – Presidente

Heni Ozi Cukier – Thiago Aurírchio – Mauro Bragato – Carlos Cezar – Janaina Paschoal – Tenente Nascimento – Daniel Soares – Alex de Madureira – Carla Morando

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 03/03/2020

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA E SILVA, RG nº 538704378, matrícula nº 27598, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº532/2020);

GIRLÊNIO GOMES DE OLIVEIRA, RG nº 194652622, matrícula nº 29261, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº533/2020);

LAÉRCIO MARTINIANO DOS SANTOS, RG nº 193162520, matrícula nº 23804, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº534/2020);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ALDEMIR GOMES DE CARVALHO, RG nº 272127322, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de LAÉRCIO MARTINIANO DOS SANTOS, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII na data de sua posse.

(Decisão nº535/2020);

CÂNDIDO SPINOLA ALVARENGA JUNIOR, RG nº 92498772, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de GIRLÊNIO GOMES DE OLIVEIRA.

(Decisão nº536/2020);

CARLOS GARCIA, RG nº 5621643, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de FRANCISCO HENRIQUE DA COSTA E SILVA.

(Decisão nº537/2020);

DEBORA MISSIANO LAPAS, RG nº 439759730, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de SUZANA HELENA SILVEIRA, ficando exonerado do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR I na data de sua posse.

(Decisão nº538/2020);

DHEISON RENAN SILVA, RG nº 41855318X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de RIVANDA DE OLIVEIRA NOGUEIRA, ficando exonerado do cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII na data de sua posse.

(Decisão nº539/2020);

ERWIN TOGNETTI VOGEL, RG nº 272589500, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de DEBORA MEDEIROS DE OLIVEIRA SANTOS.

(Decisão nº540/2020);

GABRIELA CRISTINA LOPES SILVA, RG nº 41628243X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº 1263/2015, em vaga decorrente da exoneração de DEBORA MISSIANO LAPAS.

(Decisão nº542/2020);

HERALDO VOLPATO, RG nº 9939752, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de WAGNER DOS SANTOS FIDELIS, ficando exonerado do cargo de SECRETÁRIO ESPECIAL PARLAMENTAR na data de sua posse.

(Decisão nº542/2020);

IVAN DIAS DE LIMA, RG nº 430176545, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de MILENA CAROLINA BOCCHI DE CASTRO.

(Decisão nº543/2020);

TABATHA FERNANDES, RG nº 386051756, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOÃO CARLOS VITTE.

(Decisão nº544/2020);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 27719, PAULO DIAS NEVES

(Decisão nº 545/2020);

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 28796, ADERBAL DOMINGUEZ DA SILVA, GED Nível I
 Mat 28786, JOÃO PAULO FERNANDES LOPES, GED Nível VIII
 Mat 28800, MARCELO DA SILVA BEZERRA, GED Nível IV
 (Decisão nº 546/2020);

Mat 8685, SANDRA TORTORELLI PEREIRA, GED Nível X
 (Decisão nº 547/2020);

Mat 27719, PAULO DIAS NEVES, GED Nível X

Mat 28879, RODRIGO RAMOS MOREIRA, GED Nível II
 (Decisão nº 548/2020);

Mat 29477, DIEGO VINICIUS RAMOS, GED Nível X
 (Decisão nº 549/2020);

Mat 27767, DENIS PROTAZIO DA SILVA, GED Nível I
 (Decisão nº 550/2020);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 21/02/2020

PROCESSO RG Nº 3436/2005

Interessada: PAULA CRISTINA DE ALMEIDA PINTO SANTOS (matrícula 15.428)

Assunto: Isenção de Imposto de Renda e Dupla Imunidade Previdenciária – Deferimento

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e à vista das Decisões Periciais às folhas 70 e 71, emitidas pelo Serviço de Saúde, DEFERE os pedidos da servidora aposentada PAULA CRISTINA DE ALMEIDA PINTO SANTOS, matrícula nº 15.428, RG nº 12.922.214-8, objetos do Protocolado nº 41/2020, concedendo a isenção do imposto de renda na fonte, por ser portador de patologia elencada no artigo 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 7.713/88 e alterações, bem como a dupla imunidade previdenciária, nos termos do §21, artigo 40 da Constituição Federal de 1988, por ser portadora de patologia elencada no artigo 151 da Lei Federal nº 8.213/91 e alterações, por 5 (cinco) anos a partir de 26/11/2019. Caso não haja nova concessão, os referidos benefícios serão cessados ao término do prazo.

DE 27/02/2020

PROCESSO RG Nº 4586/2016

Interessado: DIVISÃO DE TRANSPORTES

Assunto: Atribuição de gratificação “pro-labore” por período ao servidor Josival Cândido Gomes Quintanilha, matr. 21.228.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, à vista da solicitação formulada pela folha de substituição eventual da Divisão de Transportes, bem como da delegação contida na Decisão nº 512-A/02, da Mesa, DECIDE ATRIBUIR ao servidor JOSIVAL CÂNDIDO GOMES QUINTANILHA, matr. 15359, a gratificação pró-labore, prevista pelo artigo 70, III, da Resolução nº 776/96, pela Resolução nº 816/2001 e pelo artigo 1º, inciso III, “a”, do Ato de Mesa nº 40/2001, no período de 06/01/2020 a 20/01/020.

PROCESSO RG nº 5647/2015

Interessado: JOSÉ ROBERTO POLTRONIERI (matrícula 18382)

Assunto: Informação de Débito – Débito Residual A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Pedro Álvares Cabral, nº 201, neste ato representada por seu Secretário Geral de Administração, e em conformidade com o disposto no artigo 153-E, inciso II, “b”, do Ato nº 30/2010, da Mesa, vem, por meio da presente, DAR CIÊNCIA ao ex-servidor JOSÉ ROBERTO POLTRONIERI, matrícula 18382, tem a repor um débito remanescente, no valor apontado às fls. 76-77 do Processo RG nº 5647/2015, decorrente da percepção indevida de gratificação de representação no período entre 03/05/2013 e 31/07/2015, ficando o mesmo notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta publicação.

DE 28/02/2020

PROCESSO RG nº 6299/2013

Interessado: RICARDO ATSUSHI HONDA (matrícula 19135)

Assunto: Indenização de licença-prêmio – Indeferimento O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, especialmente da informação do Departamento de Recursos Humanos à fls. 31, INDEFERE o pedido de fls. 30, protocolado sob o nº 482/2020, formulado por RICARDO ATSUSHI HONDA, matrícula 19135, de pagamento, a título de indenização de licença-prêmio, uma vez que pedido de igual teor, protocolado sob o n.º 7028/2019, às fls. 29, foi juntado no referido processo, resultando na perda do objeto da presente solicitação.

PROTOCOLADO Nº 7035/2019

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Multas de trânsito – Reconhecimento de débito O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, RECONHECE o débito do ex-servidor abaixo identificado, devidamente apontado pelo Departamento de Finanças, referente ao pagamento de multa de trânsito.

PROTOCOLADO Nº 7035/2019

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Multas de trânsito – Reconhecimento de débito O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, RECONHECE o débito do ex-servidor abaixo identificado, devidamente apontado pelo Departamento de Finanças, referente ao pagamento de multa de trânsito.

- JOSÉ MARIO BRITO DAVID – matrícula 21.296

PROTOCOLADO Nº 7119/2019

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Multas de trânsito – Reconhecimento de débito O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, RECONHECE o débito do ex-servidor abaixo identificado, devidamente apontado pelo Departamento de Finanças, referente ao pagamento de multa de trânsito.

- RAIMUNDO MENEZES DOS SANTOS – matrícula 25.366

DE 02/03/2020

PROCESSO RG Nº 977/2018

Interessado: TERESA PEREIRA - matrícula 23611

Assunto: Indenização de licença-prêmio - Indeferimento

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, especialmente a informação do DRH nas fls. 12, INDEFERE o pedido de fls. 11, protocolado sob o nº 481/2020, requerido por TERESA PEREIRA, matrícula nº 23611, de pagamento, a título de indenização, de licença-prêmio, dado que o interessado não deu entrada na requisição do benefício pretendido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos anteriormente à data de seu aniversário, conforme exigido no art. 4º da Resolução 859/2008, com redação dada pelo art. 2º da Resolução 889/2013.

PROCESSO RG Nº 2711/2004

Interessado: JOÃO ADAUTO FRANCKETTO - matrícula 14432

Assunto: Indenização de licença-prêmio - Indeferimento

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, especialmente a informação do DRH nas fls. 68, INDEFERE o pedido de fls. 67, protocolado sob o nº 503/2020, requerido por JOÃO ADAUTO FRANCKETTO, matrícula nº 14432, de pagamento, a título de indenização, de licença-prêmio, dado que o interessado não deu entrada na requisição do benefício pretendido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos anteriormente à data de seu aniversário, conforme exigido no art. 4º da Resolução 859/2008, com redação dada pelo art. 2º da Resolução 889/2013.

PROCESSO RG Nº 3325/2009

Interessado: PERSIO PAURA - matrícula 16775

Assunto: Indenização de licença-prêmio - Indeferimento

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente processo, especialmente a informação do DRH nas fls. 40, INDEFERE o pedido de fls. 39, protocolado sob o nº 497/2020, requerido por PERSIO PAURA, matrícula nº 16775, de pagamento, a título de indenização, de licença-prêmio, dado que o interessado teve anulada a apostila de concessão de seus 90 dias, referentes ao período aquisitivo de 19/03/2013 a 18/03/2018, conforme publicação no DOE de 05/11/2019.

DE 03/03/2020

INDENIZAÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista as informações prestadas pelo Serviço de Cadastro e Controle Funcional e pelo Serviço de Folha de Pagamento, DEFERE o pagamento, a título de indenização, do valor correspondente a 30 (trinta) dias de licença-prêmio aos servidores abaixo qualificados, requeridos nos termos do Artigo 4º da Resolução nº 859/2008, na redação dada pelo artigo 2º da Resolução nº 889/2013, sendo que o crédito deverá ser efetivado até o último dia útil do mês de seu aniversário (03/2020):

Processo RG nº 6945/13 - DANIELA BUONO - (mat. 20477)
 Processo RG nº 10049/94 - DECIO BENEDITO PRESTES REZIO - (mat. 6230)

Processo RG nº 9651/94 - FRANCISCO NOGUEIRA DE GODOY - (mat. 7994)

Processo RG nº 400/2000 - ALFREDO PINTO XAVIER - (mat. 11206)

Processo RG nº 3212/18 - GILSON ANGELO GIROTTI - (mat. 23932)

Processo RG nº 256/12 - JOSÉ CIRIACO DOS SANTOS - (mat. 19354)

Processo RG nº 6297/13 - GILBERTO VIEIRA RODRIGUES - (mat. 19071)

Processo RG nº 6618/17 - CARLOS MAGNO ANTONIO FERREIRA - (mat. 23239)

Processo RG nº 3777/19 - DOUGLAS DE CAMPOS CAMARA - (mat. 24596)

Processo RG nº 6773/94 - ISAIAS JOSE DE SOUZA - (mat. 8711)

Processo RG nº 6054/97 - RICARDO OLIVEIRA DOS REIS - (mat. 8701)

Processo RG nº 1059/99 - MARIA TERESA DOS SANTOS SIQUEIRA - (mat. 12299)

Processo RG nº 2213/12 - MARIA CECILIA ANDRADE - (mat. 19232)

Processo RG nº 2166/94 - JOSE GERALDO LACERDA COSTA - (mat. 7286)

Processo RG nº 1114/93 - MARCIA MITIYO YAMAMOTO - (mat. 5940)

Processo RG nº 964/93 - ESCLAIR ESMERALDA BOTELHO - (mat. 6272)

PROCESSO RG Nº 3561/1997

Interessado(a): MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA FERNANDES (matrícula 6686)

Assunto: Indenização de Licença-Prêmio.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista as informações prestadas pelo Serviço de Cadastro e Controle Funcional e pelo Serviço de Aposentados e Pensionistas, DEFERE o pagamento, a título de indenização, do valor correspondente a 90 (NOVENTA) dias de licença-prêmio ao(à) ex-servidor(a) acima qualificado(a), não usufruídos durante seu período de atividade.

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS E LICITAÇÕES

DE 28/02/2020

PROCESSO DIGITAL Nº 409/2019

Interessado: Administração

Assunto: Autorização de Compras nº 244/2019 – DAHER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – aquisição de medicamentos, conforme especificações – atraso na entrega dos bens – aplicação de penalidade de multa.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 7º, do Ato nº 4/2000, da Mesa Diretora da ALESP,

CONSIDERANDO o contido nos presentes autos, que tratam da Autorização de Compras nº 244/2019, firmada, aos 08/10/2019, entre a Administração deste Poder e a empresa DAHER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, com vistas à aquisição de medicamentos, conforme especificações;

CONSIDERANDO os termos do Relatório de Ocorrência com Fornecedor, de 15/10/2019 e respectiva Regularização, de 24/10/2019, emitidos pelo Serviço de Almoarifado, dando conta de que a contratada iniciou em atraso na entrega dos bens que compõe a Autorização de Compras nº 244/2019, pelo período de 10 (dez) dias, eis que o respectivo termo final era 14/10/2019 e a efetiva entrega se deu apenas aos 24/10/2019;

CONSIDERANDO o documento de 16/10/2019, da lavra desta Secretaria, que indeferiu o pedido de prorrogação de prazo de entrega do objeto pleiteado pela empresa em comento aos 15/10/2019, por falta de amparo legal;

CONSIDERANDO que, em cumprimento ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, a empresa foi notificada através de contatos telefônicos onde limitou-se a ofertar a resposta, via mensagem eletrônica, de 20/02/2020, em que anui com o valor da multa, bem como renuncia a quaisquer interposições de recursos decorrentes do atraso em comento;

DECIDE aplicar multa de mora à empresa DAHER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, no montante equivalente a R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos), com fundamento no artigo 86º da Lei Federal 8.666/93, combinado com o inciso I, do artigo 3º, do Ato nº 04/2000, da Mesa Diretora da ALESP, nos termos dos cálculos contábeis elaborados pelo Serviço de Contabilidade, aos 25/10/2019.

DE 03/03/2020

PROCESSO DIGITAL Nº 351/2019

Interessada: Administração

Assunto: Abertura de procedimento licitatório, exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à execução de serviços de retirada de entulho através de caçambas metálicas, conforme especificações.

Considerando o contrato de prestação de serviços para a retirada de entulho pela via de caçambas metálicas, em trâmite nos autos do Processo Digital nº 404/2017, pelo valor unitário de R\$299,00 (duzentos e noventa e nove reais); Considerando que a empresa FLACIPEL REMOCOES DE LIXO EIRELI EPP, vencedora do Pregão eletrônico nº 62/2019, proveniente do Processo Digital em epígrafe, que teve por objeto a realização de serviços idênticos àquele, ofertou valor unitário equivalente a R\$415,00 (quatrocentos e quinze reais), montante este consideravelmente superior ao estabelecido no contrato em vigência; Considerando que, instada a se manifestar, a empresa em comento recusou-se em proceder a qualquer redução para montante inferior aos R\$299,00 (duzentos e noventa e nove reais) por caçamba, inviabilizando a formalização de eventual ajuste, o que se depreende da informação estampada em troca de mensagens eletrônicas, de 21/02/2020 e de 27/02/2020; Considerando que tal cenário consolida a previsão constante no subitem 1.3.1 do parecer jurídico nº 444-1 de 2019, lançado pela Procuradoria da ALESP, no processo digital nº 340/2019, que trata de procedimento licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza nas instalações deste Poder, cujos termos aproveita a título de analogia, eis que previne a hipótese em que os preços obtidos em procedimento licitatório revelarem-se superiores àqueles praticados no contrato atualmente em vigor para objetos similares/idênticos, como cenário em desconformidade com o princípio da economicidade a ser perseguido incondicionalmente pela Administração Pública contratante, restando configurada uma das prerrogativas cravadas no artigo 49, da Lei federal nº 8.666/93, DECIDE REVOGAR o certame em epígrafe, com amparo nos elementos de fato e de direito ora expostos, bem como pelas razões de interesse público acima transcritas.

PROCESSO DIGITAL nº 606/2018

INTERESSADO: Administração

ASSUNTO: Ata de Registro de Preços nº 11/2019 – Despesa com a contratação de empresa para forn